



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades.

Sub-eixo: Ênfase em Raça e Etnia.

A POLÍTICA DE COTAS NO IFRN E O DESAFIO DOS ASSISTENTES SOCIAIS PARA PERMANÊNCIA

Carina Lilian Fernandes Pinheiro¹

Resumo: Buscamos trazer um pouco da experiência vivenciada com a política de cotas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), especialmente pelos Assistentes Sociais, objetivando identificar os principais desafios para a viabilização da permanência dos cotistas. Identificamos vários desafios, como falta de uma política de permanência específica para os cotistas.

Palavras-Chave: Cotas. IFRN. Desafios. Assistentes Sociais

Abstract: We seek to bring some of the experience with quota policy in the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Norte (IFRN), especially by the Social Assistants, objectifying to identify the main challenges for the viability of the quotaholders' permanence. We identified several challenges, such as lack of a specific permanence policy for quota holders.

Keywords: Quotas. IFRN. Challenges. Social Workers

1 INTRODUÇÃO

A chamada “lei das cotas”, estabelecida legalmente no Brasil a partir da lei de nº 12.711 e sancionada em 22 de agosto de 2012, pode ser considerada como uma das complexas demandas as quais interpelam o cotidiano profissional dos Assistentes Sociais e o ambiente educacional de uma maneira geral. Para além da polêmica envolvendo sua criação e implantação, outra questão importante merece ser considerada por ter reflexos diretos na sua materialização dentro das instituições de ensino, qual seja, o fato dela tratar somente dos critérios e regras para o ingresso dos estudantes, não garantindo ou regulamentando, portanto, nenhuma política de permanência específica.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte foi um dos pioneiros no estabelecimento de algum tipo de cota, desde 1994 estabeleceu uma reserva de 50% das vagas para candidatos advindos de escola pública. No entanto, somente após a lei de cotas, em 2012, é que o IFRN incluiu as chamadas “cotas sociais” e as “cotas raciais”, para os candidatos oriundos de famílias de baixa renda e para pretos, pardos e indígenas, respectivamente, conforme dispõe a legislação. E mais

¹ Profissional de Serviço Social. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. E-mail: <carinalfp@yahoo.com.br.>

recentemente, as cotas para as pessoas com deficiência, para atender às exigências da lei nº 13.409 em 28 de dezembro de 2016.

Essas mudanças na política de cotas institucionais, atreladas à falta de uma política específica de permanência, resultaram em uma série de desafios e dificuldades para efetivação e viabilização dessa legislação de maneira adequada, não só para a instituição, como para os profissionais que atuam mais diretamente junto aos estudantes cotistas, seja no seu acolhimento, integração na instituição, ou permanência. Neste artigo vamos nos deter principalmente a refletir e observar os principais desafios e demandas que se apresentam ao profissional de Serviço Social do IFRN no contexto pós política de cotas e como eles podem interferir na permanência dos estudantes.

Diante disso, é de suma importância, então, estudar e pensar a política de cotas mais a fundo, não só para entender um pouco do contexto que norteia sua criação e implantação, com todas as suas contradições e historicidade, como o contexto e as variáveis que perpassam a vida desses estudantes cotistas. Só assim, poderemos contribuir de fato com a permanência, com a busca de caminhos alinhados ao sobrepujamento dos desafios, e com os conceitos e preceitos fundamentais do nosso projeto ético-político profissional.

2 A POLÍTICA DE COTAS: CONTEXTO E CONTRADIÇÕES

A política de cotas faz parte de um conjunto de ações maior chamado de ações afirmativas. Essas ações começaram a ser discutidas no Brasil após a redemocratização do país, quando os movimentos sociais passaram a exigir ações mais ativas do poder público no que diz respeito às questões envolvendo discriminação étnica, de gênero, de pessoas com deficiência, ou outros grupos historicamente discriminados.

A política de cotas educacionais, mais especificamente, foi criada e adotada na tentativa de corrigir diferenças e/ou desigualdades presentes no sistema educacional do nosso país, buscando defender o direito a uma educação pública de qualidade e a igualdade de acesso, de condições e de oportunidades. Mas é importante deixar claro que a relação entre educação e ascensão social não é tão simples quanto parece. Castro (2008) aponta que, apesar de ser normal consignar a educação como um mecanismo de mobilidade social, e existirem vários estudos que relacionam a pobreza com a baixa escolaridade, é preciso entender que essa relação é mais complexa do que se imagina e possui diversas variáveis (cor, sexo, região de residência, entre outras).

Nesse sentido, para compreender a realidade das cotas no Brasil, é extremamente importante levar em consideração as marcantes, profundas e históricas

desigualdades sociais presentes na nossa sociedade. Compreender a nossa organização e realidade, atravessada pelo escravismo, racismo, capitalismo, por altos índices de analfabetismo, pela baixa qualidade da educação básica pública, pelo desmonte dos direitos e políticas sociais, entre outros aspectos. Aliás, conforme nos relata Behring e Boschetti (2009), as políticas sociais e toda a proteção social podem ser entendidas, no contexto brasileiro, como respostas e formas de enfrentamento setorializadas e fragmentadas às expressões da questão social no capitalismo.

São muitos os questionamentos polêmicos sobre a necessidade da criação das cotas. Por que existem cotas no Brasil? Elas são realmente justas e necessárias? Não seria discriminação com o branco? Ou duvidar da capacidade do negro? ou do pobre? E a meritocracia? É possível distinguir claramente as etnias no Brasil? Ser contra as cotas é ser preconceituoso e racista? Um estudante de escola pública tem condições de concorrer igualmente com o estudante de escola particular? A política de cotas é um racismo às avessas?

De fato, esse tema é permeado por diversas contradições. Por isso, muitos direcionamentos, correntes de pensamentos diferenciadas e questionamentos polêmicos podem ser extraídos dessa discussão. Inclusive, antes da aprovação da política de cotas houve um amplo debate e embate político e jurídico sobre sua legalidade, especialmente em relação às raciais, pois são criadas a partir de uma perspectiva que considera algumas origens étnicas mais privilegiadas do que outras.

Para entender um pouco mais sobre esse debate étnico racial é imprescindível revisitar um pouco da história do país. Negar o racismo no Brasil seria naturalizar a desigualdade, pois além de se apresentar de maneira bem óbvia até os dias de hoje, ele é histórico. Basta resgatar o passado escravocrata do país para entender o papel que o racismo desempenhou, e perceber que ele não possui apenas um caráter étnico. Sobre o racismo no Brasil, Moura (1994, p.28) destaca bem como ele serve como arma ideológica de dominação:

Apenas desta forma poderemos compreender por que se trata de um conceito tão polêmico e, também, por que em determinados contextos políticos e momentos históricos o racismo adquire tanta vitalidade e se desenvolve com tanta agressividade: ele não é uma conclusão tirada dos dados da ciência, de acordo com pesquisas de laboratório que comprovem a superioridade de um grupo étnico sobre outro, mas uma ideologia deliberadamente montada para justificar a expansão dos grupos de nações dominadoras sobre aquelas áreas por eles dominadas ou a dominar. Expressa, portanto, uma ideologia de dominação, e somente assim pode-se explicar a sua permanência como tendência de pensamento.

Ainda tecendo uma análise sobre o assunto, Ianni (2004, p. 23), reforça o pensamento de Moura e nos traz perspicazes reflexões sobre os termos raça e racismo,

ajudando-nos a compreendê-los melhor, especialmente a importância de diferenciá-los da condição biológica, como a etnia:

A raça, a racialização e o racismo são produzidos na dinâmica das relações sociais, compreendendo as suas implicações políticas, econômicas, culturais. É a dialética das relações sociais que promove a *metamorfose da etnia em raça*. A “raça” não é uma condição biológica como a etnia, mas uma condição social, psicossocial e cultural, criada, reiterada e desenvolvida na trama das relações sociais, envolvendo jogos de forças sociais e progressos de dominação e apropriação. [...] Racializar ou estigmatizar o “outro” e os “outros” é também politizar as relações cotidianas, recorrentes, em locais de trabalho, estudo e entretenimento; bloqueando relações, possibilidades de participação, inibindo aspirações, mutilando práxis humana, acentuando a alienação de uns e outros, indivíduos e coletividades.

Além disso, não há como se pensar em igualdade, sem considerar as especificidades e a lógica política e econômica do país. As diferenças e desigualdades, arraigadas historicamente e inerentes à sociedade capitalista, e o agravamento da questão social precisam ser entendidos no movimento da luta de classes e dentro do modo de produção capitalista, no qual “a produção da riqueza social implica, necessariamente, a reprodução contínua da pobreza (relativa ou absoluta)” (NETTO, 2011, p. 23).

Outro aspecto a ser considerado na análise da política de cotas no Brasil são as mudanças no perfil e na realidade dos estudantes das instituições federais de ensino superior após as cotas, até para conseguir entender melhor os desafios relacionados à permanência desses estudantes nessas instituições.

Por isso, vamos citar brevemente a IV pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileiras, implementada em 2014, realizada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) com a contribuição do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace), e publicada em julho de 2016.

A pesquisa, que tem outras edições e é realizada desde 1996, demonstra claramente o aumento significativo na participação dos pretos e pardos nas instituições federais de ensino superior de 2003 até 2014 (dois anos após a instituição da lei das cotas). Na verdade, o número de estudantes pretos e pardos dessas instituições quase que triplicou nesse período, passando a representar, em 2014, mais de 47% do total.

Também é possível observar nessa pesquisa que a renda bruta familiar dos estudantes das instituições federais de ensino superior diminuiu ao longo do tempo, enquanto em 2010 a proporção de estudantes com renda bruta maior que seis (6) salários mínimos era de 34%, em 2014 esse número caiu para 23%. A proporção de estudantes na faixa de renda entre três (3) e seis (6) salários mínimos se manteve em

24%; e na faixa de renda bruta familiar dos estudantes mais pobres, dos sem renda até três (3) salários mínimos, a proporção dos estudantes aumentou, passando de 40% em 2010 para 51% em 2014.

Essa mudança no perfil dos estudantes das instituições federais de ensino superior brasileiras, após as cotas, seja com relação à diversidade étnica, seja com relação à diminuição da renda bruta familiar, também tem, conseqüentemente, contribuído no sentido de elevar o número de estudantes os quais precisavam ser atendidos pelas políticas de assistência estudantil.

Cabe ressaltar também a conjuntura atual econômica e social brasileira, onde vigora o neoliberalismo, que preza por uma política de mínimos sociais, com um sistema de Seguridade Social extremamente frágil e duvidoso, sobretudo do ponto de vista da política de assistência social.

A política de assistência estudantil, regulamentada pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010, também foi criada nesse contexto neoliberal, considerando limitações e demarcações de critérios para o atendimento, inclusive considerando um público prioritário com renda per capita de até 1,5 salário mínimo. A insuficiência de recursos financeiros para atendimento de toda a demanda de estudantes inscritos para os programas de assistência estudantil, a qual tem se agravado nos últimos anos com o cenário político de recrudescimento do conservadorismo, o contingenciamento de recursos e o congelamento de gastos, constituem somente alguns dos desafios para o gerenciamento do PNAES pelos Assistentes Sociais no IFRN.

A política de cotas, conforme foi implementada nas instituições de ensino brasileiras, merece diversas críticas, inclusive as relacionadas à falta de preparação dessas instituições, como também pela falta de preocupação com a permanência dos estudantes cotistas. Para entender melhor sobre as dificuldades e desafios na implementação das cotas dentro das instituições de ensino, vamos relatar um pouco sobre a experiência no IFRN.

2.1 A política de cotas no IFRN

A partir da concepção das cotas nos moldes atuais, o IFRN teve de fazer diversas alterações, tanto nos editais dos processos seletivos, como no trabalho dos profissionais atuantes nesses processos. Esse fato, somado à complexidade e quantidade de regras estabelecidas nas legislações que regulamentaram a lei das cotas, e à falta de discussão e orientação sobre as especificidades do processo seletivo, geraram uma série de dificuldades para todos os profissionais envolvidos, bem como

para os candidatos inscritos que apresentavam várias dúvidas durante o processo, como: dificuldade de entendimento sobre quem poderia se inscrever, confusões relativas à classificação nas diferentes listas, e sobre a entrega da documentação comprobatória de renda, conforme regulamenta a legislação.

Foram muitas mudanças ao longo do tempo e em agosto de 2016, outra mudança gerou um novo desafio para as instituições de ensino. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) através da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público, aprovou a Orientação Normativa nº 3/2016, que versa sobre o estabelecimento de orientação quanto a necessidade de aferição da veracidade de informações prestadas quando o candidato se declarar negro, pardo ou indígena, bem como a criação de uma comissão para avaliar aspectos fenotípicos dos candidatos a concurso público.

A comprovação, antes feita somente pela autodeclaração do candidato, agora, segundo o MPOG, precisaria levar em consideração também a aferição de aspectos fenotípicos, o que gerou uma série de discussões dentro das instituições, não só sobre sua legalidade e legitimidade, mas também sobre como isso poderia ser aplicado sem utilizar procedimentos discriminatórios e restritivos, e sem ocasionar nenhum tipo de constrangimento para os candidatos. Mais recentemente também foi exigido que as instituições criassem uma comissão para avaliar a deficiência do candidato aprovado para esse tipo de vaga.

Considerando todos esses fatores, percebemos que, no IFRN, as novas demandas advindas dessa política têm ocasionado uma série de dificuldades e desafios não só para a instituição, como para os profissionais que atuam junto aos estudantes cotistas. Dentre os principais desafios estão: a adequação da infraestrutura e dos recursos humanos necessários; a falta de capacitação dos professores para adaptação dos conteúdos e da metodologia aplicada aos estudantes com deficiências diversas; a dificuldade em lidar com defasagem de aprendizado apresentada pelos estudantes advindos de escola pública; bem como a dificuldade de viabilizar assistência aos cotistas com renda per capita de até 1,5 salário-mínimo, conforme critério estabelecido na lei de cotas, ao mesmo tempo em que lida com a limitação e contingenciamento orçamentário dos programas de assistência estudantil.

3 O ASSISTENTE SOCIAL NO ESPAÇO EDUCACIONAL E NO IFRN

O Assistente Social deve trabalhar na perspectiva da emancipação humana, por uma sociedade livre de opressão, exploração ou preconceito, e na defesa intransigente da classe trabalhadora. No entanto, trabalhar nessa perspectiva em uma

sociedade capitalista, em um Estado não intervencionista voltado aos interesses do mercado, com o avanço de políticas neoliberais, voltadas para a precarização das diversas expressões da questão social e aos interesses das classes detentoras dos meios de produção, é extremamente complicado, além de exigir um esforço sobre-humano.

Nesse sentido, Silva (2016) traz relevantes contribuições, ressaltando que o Serviço Social enfrenta a herança do final do século anterior, e seus agravamentos com a crise de 2008, marcada pela grande valorização do capital financeiro, pelas grandes corporações transnacionais, pela ruptura trabalho/proteção social, entre outros aspectos que tiveram graves consequências para o tecido social em geral, bem como trouxeram novas expressões da questão social e novos desafios ao profissional Assistente Social. A autora ressalta que:

Inserido neste contexto, desafiado pelas mudanças em andamento, operacionalizando em seu cotidiano essas políticas, o assistente social brasileiro trava, não sem ameaças, o embate a que se propõe: o de avançar na construção de seu projeto ético-político na direção de uma sociabilidade mais justa, mais igualitária e na qual direitos sociais sejam observados (SILVA, 2016, p.22).

No IFRN, também é um grande desafio para o Assistente Social trabalhar com a política de assistência estudantil e permanência dos estudantes, pois estamos sempre no embate, tendo que lutar, tanto pela legitimação e respeito ao nosso espaço e competência profissional, que comumente tem sido alvo de disputas de poder, como pela universalização dos direitos, tentando não permitir políticas e ações não condizentes com o projeto ético-político da profissão.

No IFRN, os programas de assistência estudantil ocupam parte considerável do trabalho do Assistente Social. Mas é importante salientar que possuem diversas outras atribuições no IFRN. Além disso, é fundamental entender que o papel do Assistente Social inserido na educação é muito mais amplo e complexo, e não pode ser reduzido a ações imediatistas, ou restritas à política de educação ou assistência estudantil. Sua dimensão educativa envolve a compreensão de um espaço repleto de contradições e permeado por correlações de forças e disputas de poder, assim como é essencial “que não se perca a dimensão da totalidade na compreensão do significado que a política educacional tem a partir desse desenho institucional na relação entre o mundo da cultura e o do trabalho” (ALMEIDA, 2007, p. 5).

A partir da experiência de trabalho como Assistente Social no IFRN e percebendo os novos desafios e demandas após a implantação da política das cotas na instituição, vislumbramos a possibilidade e, principalmente a necessidade, de observar

e debater sobre essas mudanças, entendendo o contexto em que se apresentam, na tentativa de buscar novas saídas e alternativas de superação condizentes com o projeto ético-político da profissão, além de entender a importância da educação, no sentido amplo, especialmente a educação pública, de qualidade e disponível a todos igualmente.

Como afirma Tonet (2016), devemos buscar por uma educação articulada com a emancipação humana e não com a cidadania, entendendo o trabalho como matriz ontológica do ser social e compreendendo a real natureza e função da educação, a de fazer o indivíduo apropriar-se de conhecimentos, habilidades e valores (patrimônio genético) necessários à sua plena realização em relação aos bens, materiais e espirituais. Por isso, para a formação integral do indivíduo, é preciso um mundo objetivo que permita o acesso a esses bens a todos os indivíduos, sem desigualdade, mesmo esse mundo sendo impensável em nossa realidade de sociedade capitalista.

Mesmo sem pretender entrar nessa questão mais a fundo, é importante destacar que a função da educação é contraditória, ao mesmo tempo em que a educação serve ao capital, “[...] em Marx é parte constituinte da superestrutura, submetida ao determinante econômico” (SILVA, 2011, p. 73), também pode servir, no seu sentido amplo, como arma contra o capital, ferramenta de desvelamento da realidade social, até porque “[...] a transformação social emancipadora radical requerida é inconcebível sem uma concreta e ativa contribuição da educação no seu sentido amplo” (MÉSZÁROS, 2008, p. 76).

Assim, na defesa de uma educação pública, de qualidade, sempre numa perspectiva de universalidade e igualdade de direitos, é que acreditamos que devam atuar os Assistentes Sociais inseridos nos espaços sócio ocupacionais, bem como no IFRN. No entanto, o direito à educação é um debate que vai muito mais além do que somente garantir o acesso a todos. De acordo com França (2013, p. 94) garantir condições concretas para a permanência, sobretudo em um país com um grande histórico de desigualdade socioeconômica, é tão importante quanto os mecanismos de acesso:

É um debate, portanto, que põe em evidência os mecanismos de acesso à educação e as condições concretas para a continuidade e a permanência na escola, em um contexto onde se exige do Estado brasileiro a implementação de políticas de proteção social amplas e justas, tendo em vista, sobretudo, o histórico de dificuldades e desigualdades socioeconômicas vivenciadas pela maioria dos estudantes brasileiros.

3.1 O Assistente Social na permanência e no atendimento aos cotistas

As primeiras preocupações em prestar algum tipo de apoio aos estudantes surgiram com o crescimento do Ensino Superior a partir dos anos de 1950, quando o Brasil vivia um momento de aprofundamento da industrialização, conforme nos relata Lessa (2015, p. 468):

As formas iniciais de apoio ao estudante estiveram vinculadas, inicialmente portanto, ao Ensino Superior. O crescimento desta fase educacional data dos anos de 1950, em momento de aprofundamento da industrialização, embora sua origem esteja relacionada à chegada da Família Real ao Brasil, em 1808, quando a nobreza e sua infraestrutura para cá se mudaram, trazendo na bagagem o modelo europeu de universidade.

Os espaços educacionais, antes ocupados apenas pela elite, passaram a ser reivindicados também pela população mais pobre, expondo diversas questões sociais e fragilidades relativas à permanência dessa população nesses espaços, assim como evidenciou a importância dos Assistentes Sociais nesse espaço de luta por direitos.

O Assistente Social no IFRN é o profissional responsável pelos cinco principais programas de assistência estudantil voltados mais diretamente à viabilização de condições objetivas para a permanência dos estudantes. Outro ponto que merece ser destacado é que percebemos o trabalho do Assistente Social relacionado à permanência em diversas atividades, desde em uma simples orientação social, aos trabalhos relacionados aos programas de assistência estudantil.

Com relação à atuação dos Assistentes Sociais junto aos estudantes cotistas é importante esclarecer que desde a implementação das cotas no IFRN até meados de 2017, o Assistente Social foi chamado a atuar nos processos seletivos para ingresso dos estudantes cotistas, mais precisamente na análise socioeconômica requerida para os cotistas que deveriam comprovar renda per capita de até 1,5 salário mínimo (um salário-mínimo e meio).

Com muitas demandas se acumulando e entendendo desde o início que esse não era um trabalho da categoria, os Assistentes Sociais do IFRN tiveram de lutar e provar para a instituição que a legislação, da maneira como estava regulamentada, não compreendia uma análise socioeconômica, mas sim uma simples aferição de renda per capita familiar dos estudantes que não considerava os demais aspectos devidos em uma análise socioeconômica. Após alguns embates, em meados de 2017, passaram a não mais atuar nos processos seletivos para ingresso no IFRN.

No entanto, sanado esse problema, outro começou a aparecer mais claramente no cotidiano profissional após as cotas, o aumento na quantidade de inscrições para os

programas de assistência estudantil. Além disso, as situações socioeconômicas das famílias estavam mais precárias, piorando ainda mais a partir de 2016, quando se agudizou uma crise política e econômica no país. Com isso, o Assistente Social do IFRN se deparou com a árdua função de selecionar os miseráveis, dentre os pobres.

Atualmente, o primeiro contato com os cotistas se dá no Seminário de Integração, nome do evento em que são apresentados os diversos setores da instituição para os estudantes ingressantes². Mas a aproximação com esse público se dá, de maneira mais efetiva, durante o processo de seleção para os programas de assistência estudantil, quando são feitas avaliações socioeconômicas, entrevistas sociais e até mesmo visitas domiciliares com os candidatos. Nesse contato é possível perceber que a realidade desses estudantes é compatível com uma grande parcela da sociedade brasileira, marcada por profundos processos de desigualdade no que concerne a apropriação da riqueza socialmente produzida, do que resultam sujeitos submetidos a precárias condições de vida e de sobrevivência, sem acesso a bens e serviços para suprir necessidades básicas.

Além disso, o Assistente Social ainda precisa estar atento às dificuldades de relacionamento e de inserção social desses estudantes cotistas, inclusive às possíveis discriminações que eles possam vir a sofrer. Atualmente, mesmo com todas as orientações e assistência, tanto do Serviço Social, como de toda a equipe pedagógica, muitos estudantes cotistas ainda reprovam no primeiro ano na instituição. Por isso, compreender e atuar no sentido de enfrentar essas dificuldades, e contribuir na assistência a esses estudantes; não só na defesa de um acesso a um ensino de qualidade que perspective transformar sua realidade socioeconômica, mas também com o apoio para a concretização do processo de permanência; é um desafio cada vez maior para o profissional de Serviço Social.

As políticas, programas e projetos sociais, da forma como são pensadas e organizadas no Brasil, são funcionais à gestão da pobreza, servem para controlar a pobreza, não para acabar com ela. Mas também atenuam a situação precária de várias famílias. Não podemos desconsiderar as demandas que estão objetivamente postas, embora sejam contraditórias, as políticas são necessárias, por isso, precisamos defendê-las como conquistas, mesmo com ressalvas e com um olhar bastante crítico (SILVA, 2013).

Nesse sentido, é importante destacar que mesmo que a inserção do Assistente Social nas políticas sociais possua um caráter contraditório, o profissional precisa

² Nesse caso, o Serviço Social contribui apresentando suas principais atribuições e os principais programas de assistência estudantil ofertados pela instituição bem como suas formas de acesso.

conservar um olhar crítico da realidade para construir sua prática profissional, especialmente numa instituição de educação, conforme afirma Nascimento (2017, p. 78):

[...] se a inserção profissional do/a assistente social nas políticas sociais possui, em seu cerne, um caráter contraditório, o trabalho profissional em uma instituição de educação com perfil predominantemente tecnológico, voltada, na maioria dos casos, a oferta de uma educação que atenda aos interesses e necessidades de produção e reprodução do capital, exige do/a profissional nela inserido/a uma leitura crítica e reflexiva dessa realidade, a fim de perceber essas contradições e construir seu fazer profissional para além das requisições impostas por esse perfil institucional.

O projeto societário defendido pela profissão é de uma sociedade livre, democrática, sem exploração de classe, gênero, etnia ou qualquer outro tipo. Um projeto transformador que propõe uma nova ordem social e um profissional mais crítico, atento às novas demandas e questões sociais e em constante formação e aperfeiçoamento. Nesse sentido, são de extrema importância o permanente estudo e capacitação dos Assistentes Sociais sobre essa política de cotas, ainda recente, na busca de novas estratégias e meios de compreender e vencer as principais dificuldades apresentadas pelos estudantes cotistas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, as demandas das classes trabalhadoras estão sendo descoladas ainda mais da totalidade social a que pertencem e sendo cada vez mais divididas em diversos segmentos ou grupos sociais. A proteção social universal, políticas que atuem na perspectiva de transformação social e que estejam empenhadas realmente em resolver os profundos problemas sociais do país são impensadas na sociedade capitalista.

No entanto, é fato que a política de cotas, apesar de todas as suas contradições, e embora pertencente a um projeto de reforma das instituições públicas federais que favoreça a lógica privatizante e a perda da autonomia dessas instituições, também trouxe ganhos significativos no que diz respeito ao aumento da oportunidade de participação dos pretos, pardos, pobres, e das pessoas com deficiência no ensino público federal. Sem as cotas, muitos desses estudantes, frutos da história de desigualdade desse país, estariam privados dessa oportunidade, que muitas vezes representa não só uma mudança socioeconômica na família, mas também uma mudança na cultura dessa família, que passa a acreditar mais na importância da educação no sentido amplo.

No entanto, a falta de uma política ou programa específico de assistência para os estudantes ingressantes pelas cotas, e de preparo das instituições públicas federais para receber essa demanda, trouxe uma série de dificuldades no que diz respeito à permanência desses estudantes. No IFRN o Assistente Social é um dos profissionais que trabalha constantemente e diretamente com a assistência e permanência desses estudantes. Por isso, se depara com dificuldades como: os cortes e/ou contingenciamentos dos recursos financeiros; elevação da demanda pelos programas de assistência estudantil e consequente precarização das condições de inserção dos estudantes e de trabalho do Assistente Social; dificuldades relacionadas às limitações das pessoas com deficiência; entre outras.

O contexto das políticas de cotas e dos estudantes cotistas, bem como as dificuldades e desafios ao Assistente Social que atua na permanência desses estudantes, precisam ser mais debatidas e conhecidas, tanto profissionalmente, como pelas instituições de ensino. Pois só assim, nos apropriando dessa discussão é que poderemos ser capazes de compreender e buscar alternativas para enfrentar todos esses desafios.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. *O Serviço Social na Educação: novas perspectivas sócio-ocupacionais*. In: Palestra proferida no Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, Belo Horizonte, maio de 2007. Disponível em: <http://necad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/O_Servico_Social_na_Educacao_perspectivas_socio_ocupacionais1.pdf>. Acesso em: 02 de junho de 2018.

ANDIFES e FONAPRACE. *IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação: das instituições federais de ensino superior brasileiras 2014. Universidade Federal de Uberlândia: julho de 2016*. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Pesquisa-de-Perfil-dos-Graduando-das-IFES_2014.pdf>. Acesso em: 25 de maio de 2018.

BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. 6ed. Biblioteca Básica do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2009.

CASTRO, A. T. B. *Tendências e contradições da educação pública no Brasil: a crise na universidade e as cotas*. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine R.; SANTOS, Silvana Mara de Moraes; MIOTO, Regina (Orgs.). *Política social no capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2008, p 242 – 259.

IANNI, Octávio. *Dialética das Relações Raciais*. In: *Estudos Avançados*, v. 18, n. 50. Universidade de São Paulo (USP): O negro no Brasil, 2004. Disponível

em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n50/a03v1850.pdf>>. Acesso em: 23 de agosto de 2018.

LESSA, Simone Eliza do Carmo. *A política de Assistência Estudantil: entre êxitos e incompletudes*. In: Revista Praia Vermelha: Estudos de Política e Teoria Social, v. 25, n. 2. Rio de Janeiro, 2015.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. Tradução Isa Tavares – 2ª ed. São Paulo: Boitempo (Mundo do Trabalho), 2008.

MOURA, Clóvis. *O Racismo como Arma Ideológica de Dominação*. In: Princípios, Revista Teórica, Política e de Informação. Especial Racismo no Brasil. Editora Anita Ltda, Edição nº 34, ago./set./out., 1994, p. 28-38, São Paulo.

NASCIMENTO, Andréia Lucena de Góis. *Educação, Serviço Social e Projeto Ético-Político: desafios e possibilidades dessa relação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RN*. Dissertação de mestrado. Mossoró, 2017.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao método de Marx*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SILVA, João Carlos da. *A questão educacional em Marx: alguns apontamentos*. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Londrina, v. 3, n. 1, p. 72-81; fev. 2011.

SILVA, José Fernando Siqueira da. *Serviço Social: resistência e emancipação?* 1. ed., São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Org). *Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016.

TONET, Ivo. *Educação contra o Capital*. 3ª ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.